



Município de Palmela

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 24/2009:

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2009:

No dia nove de Dezembro de dois mil e nove, pelas catorze horas e quinze minutos, no edifício dos Paços do Concelho e respectiva Sala das Sessões, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Álvaro Manuel Balseiro Amaro, António Fonseca Ferreira, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, José Carlos Matias de Sousa e Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – Orçamento 2010 e Grandes Opções do Plano 2010-2013

PONTO 2 – Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento de investimentos municipais no valor € 2.762.250,00

PONTO 3 – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de € 2.000.000,00

PONTO 4 – Alteração do n.º 2 da cláusula 1.ª do contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo no valor de € 8.000.000,00

PONTO 5 – Mapa de Pessoal para o ano de 2010

PONTO 6 – Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto, EM – Exercício de 2010

PONTO 7 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia

I – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A **Sr.^a presidente** após apresentação de cumprimentos inicia a reunião.

Pela **Sr.^a Presidente** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Orçamento 2010 e Grandes Opções do Plano 2010-2013.

PROPOSTA N.º DAF 01_24-2009:

«O ano de 2010, inicia um novo ciclo de trabalho autárquico caracterizado, do ponto de vista económico e social, por uma recessão que condiciona as opções inerentes à actividade municipal. Face à diminuição dos recursos financeiros próprios torna-se importante encontrar novas formas e soluções para dar respostas às necessidades das populações. Neste contexto, o ano de 2010, será essencialmente um ano centrado na qualificação da prestação dos serviços à comunidade, no desenvolvimento social e na resposta aos problemas mais prementes da população mais necessitada, sem que para tal seja essencial afectar grandes meios financeiros, e para o ordenamento do território, com a conclusão da revisão do Plano Director Municipal e o início das intervenções no Centro Histórico de Palmela com vista à sua revitalização.

A proposta de Orçamento para o ano económico de 2010, e Grandes Opções do Plano 2010/2013, agora apresentada caracteriza-se financeiramente por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 53.125.000,00 € (cinquenta e três milhões, cento e vinte cinco mil euros), dos quais 8.418.840,00 € (oito milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e quarenta euros) são receitas provenientes de:

- Utilização de empréstimos de médio prazo: 2.540.590,00 € (dois milhões, quinhentos e quarenta mil, quinhentos e noventa euros);
- Participações do QREN no âmbito de projectos candidatados pelo município: 1.098.250,00 € (um milhão, noventa e oito mil, duzentos e cinquenta euros);
- Utilização de garantias bancárias por posse administrativa de alvarás de loteamento: 3.780.000,00 € e (três milhões, setecentos e oitenta mil euros);
- Construção do novo Quartel da GNR de Palmela: 1.000.000,00 € (um milhão de euros).

Das restantes receitas, destacam-se os Impostos Directos com 19.274.000,00 € (dezanove milhões, duzentos e setenta e quatro mil euros), as transferências do

Orçamento de Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais, com 8.237.864,00 € (oito milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro euros) e a Venda de Bens e Serviços, com um valor de 10.584.424,00 € (dez milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro euros).

Os recursos financeiros são afectos a:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 28.515.226,00 € (vinte e oito milhões, quinhentos e quinze mil, duzentos e vinte seis euros):

- Pessoal: 20.004.026,00 € (vinte milhões, quatro mil e vinte seis euros);

- Despesas não imputadas às GOP: 4.605.748,00 € (quatro milhões, seiscentos e cinco mil, setecentos e quarenta e oito euros). A estrutura orçamental para o ano de 2010, é a seguinte:

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Directos	19.274.000	36,3%	Pessoal	20.004.026	37,7%
Impostos Indirectos	3.984.072	7,5%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	14.776.529	27,8%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	1.380.080	2,6%	Encargos Correntes da Divida	661.269	1,2%
Rendimentos de Propriedade	115.000	0,2%	Transferências Correntes	3.222.590	6,1%
Transferências Correntes	7.508.896	14,1%	Subsidios	587.500	1,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	10.584.424	19,9%	Outras Despesas Correntes	90.000	0,2%
Outras Receitas Correntes	50.000	0,1%			
Total Receitas Correntes	42.896.472	80,7%	Total Despesas Correntes	39.341.914	74,1%
Venda Bens de Investimento	3.800.002	7,2%	Aquisição de Bens de Capital	11.785.930	22,2%
Transferências de Capital	3.877.935	7,3%	Transferências de Capital	625.576	1,2%
Passivos Financeiros	2.540.590	4,8%	Passivos Financeiros	1.371.580	2,6%
Outras Receitas de Capital	1				
Total Receitas de Capital	10.218.528	19,2%	Total Despesas de Capital	13.783.086	25,9%
Outras Receitas	10.000	0,0%			
Total Receita	53.125.000	100,0%	Total Despesa	53.125.000	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 3.554.558,00 € (três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito euros) que financia despesas de capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental.

O total da despesa com pessoal situa-se em 55,3% das receitas correntes previstas arrecadar em 2009, cumprindo assim os preceitos legais do Decreto-Lei 116/84, de 16 de Abril.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam os valores do quadro seguinte no qual as Funções Sociais absorvem 71% das verbas, com destaque para o Saneamento, Educação, Cultura e Desporto.

OBJECTIVO	2010		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	3.635.465	3.635.465	
Serviços Gerais da Administração Pública	2.035.765	2.035.765	
Segurança e Ordem Públicas	1.599.700	1.599.700	
Funções Sociais	22.295.534	19.398.284	2.897.250
Educação	4.539.668	3.315.418	1.224.250
Saúde	55.500	55.500	
Segurança e Acção Social	71.750	71.750	
Habitação	2.317.044	2.192.044	125.000
Ordenamento do Território	335.406	335.406	
Saneamento	6.456.046	6.076.046	380.000
Abastecimento de Água	2.081.500	923.500	1.158.000
Resíduos Sólidos	1.740.105	1.740.105	
Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	763.217	763.217	
Cultura	2.610.670	2.600.670	10.000
Desporto, Recreio e Lazer	1.324.628	1.324.628	
Funções Económicas	3.106.750	3.106.750	
Indústria e Energia	943.500	943.500	
Transportes e Comunicações	1.854.870	1.854.870	
Comércio e Turismo	102.180	102.180	
Outras Funções Económicas	206.200	206.200	
Outras Funções	2.374.727	2.374.727	
Total	31.412.476	28.515.226	2.897.250

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 64, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **proponho** a aprovação do Orçamento para o ano económico de 2010, e as Grandes Opções do Plano 2010/2013, e posterior envio a deliberação da Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de Orçamento 2010 e Grandes Opções do Plano 2010-2013 intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa**, cumprimenta os presentes e efectua a sua intervenção nos seguintes termos:

. A proposta refere que: “(...) torna-se importante encontrar novas formas e soluções para dar resposta às necessidades das populações (...)”, contudo no Orçamento não consegue vislumbrar nada disso. Realça que o ano passado foi também um ano de crise mas o Orçamento da Câmara Municipal não reflectiu essa crise, até porque foram contraídos empréstimos bancários no valor aproximado de 16 milhões de euros.

. Quanto ao Centro Histórico de Palmela e à sua revitalização é de opinião que os 7 milhões de euros que estão distribuídos nas GOP por dois anos (2010 e 2011) são insuficientes.

. Congratula-se com o facto de finalmente constar nas GOP uma verba para realizar a intervenção na piscina do Castelo.

. Passando ao preâmbulo do Orçamento e GOP adianta o seguinte: já no ano passado teve ocasião de observar que a Sr.^a presidente cada vez escrevia menos. Opina que as GOP têm de ter como linha mestra uma linha política orientadora que conduza os destinos do Município de acordo com o que o executivo vê de melhor para o concelho. Há neste preâmbulo alguns aspectos que são confrangedores no seu entender.

. Da sua análise resulta ainda a seguinte apreciação:

- Há muito pouco para oferecer.

- Refere-se que *“(...) a crise económica nacional e global condicionou fortemente a entrada de receitas durante o ano de 2009 (...)”*, mas a Câmara Municipal não se pode quedar única e exclusivamente nestes subterfúgios para não ter um tipo de pensamento conducente ao desenvolvimento do concelho. Parece-lhe que as obras que estão previstas executar são obras que transitam dos empréstimos bancários de 2008 e 2009, cerca de 2.800.000 euros, de empréstimos não utilizados. Este investimento municipal não foi feito devido a contingências que tiveram a ver com as próprias prioridades que o executivo decidiu.

- O presente Orçamento vem na senda dos Planos anteriores, mas apresenta-se de uma forma muito mais diminuída. Observa que a Câmara Municipal de Palmela não consegue ter Orçamentos, a não ter receitas extraordinárias, a cima dos 43 a 47.milhõesde euros. O facto de o Orçamento ter sido de 65.milhões de euros no ano anterior e apresentar-se com 53 milhões de euros este ano é uma excepção que está relacionada com a forma como os empréstimos foram geridos e como a maioria do executivo pensa gerir a edilidade em 2010 e que passa pela contracção de mais empréstimos bancários.

- É da opinião que “o Orçamento é frágil, pouco ambicioso, resignado e tem falta de rasgo”. Falta algo mais que permita aos Munícipes perceberem como é que a Câmara Municipal resolve efectivamente nas suas necessidades. Nutre a ideia que há uma pura manutenção de um modo de vida estruturante e estruturalmente aceite que é o ponto de vista camarário em relação à gestão do Município. Face a isto é preciso observar os números:

- . As *Despesas correntes* em 2005 eram cerca de 31.milhões de euros, sendo que para 2010 estão previstos nesta rubrica 39.milhões de euros, o que significa um acréscimo de 8.milhões euros num mandato. Pergunta: se não há receita como é que se pode fazer crescer sistematicamente a despesa? É preciso aumentar a receita usando uma forma mais criativa.
- . As *Despesas com Pessoal* em 2005 foram de 16,2 milhões de euros prevendo-se para 2010 o montante de 20.milhões de euros, ou seja um acréscimo de 4.milhões de euros.
- . Ao que tudo indica, e embora a Sr.^a presidente não o tenha referido, o saldo da Câmara Municipal de Palmela em 2009 será negativo. Os Orçamentos são uma previsão. . Verifica que transitam para o ano seguinte as receitas complementares que fazem crescer o Orçamento e que são: 2,5milhões de euros dos empréstimos, 1,5milhões de euros do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e 3,8 milhões de euros das garantias bancárias e acrescem dois outros empréstimos que vão ser discutidos nesta reunião.
- . O Orçamento 2010 e as GOP 2010-2013 merecem-lhe ainda as seguintes observações:
 - No âmbito da *Melhoria da rede viária municipal* importa salientar que as obras previstas são genericamente as mesmas dos anos anteriores e cuja execução tem vindo a ser arrastada no tempo. Alguns exemplos: empreitadas de “Repavimentação do C.M. 1054 Vale de Barris”, “Repavimentação e Alargamento da E.M. 533 entre Poceirão e o caminho-de-ferro cruzamento” e Repavimentação e Alargamento da Estrada do Vale da Abrunheira”. Estava prevista para 2012 e foi adiada para 2013 a empreitada de “Repavimentação da Estrada dos 4 Castelos”. Percebe que tenha havido a intenção de elaborar para 2009 um Orçamento e GOP que fosse atractivo, mas é inevitável que a realidade acabe por comparecer e percebe-se que há incapacidade para cumprir o que foi proposto.
 - Alguns compromissos da Câmara Municipal ficam aquém do que seria de esperar. Exemplo disso é o *Estudo de sinalização e trânsito para o Pinhal Novo*. Chegou a ser noticiado pelo então Sr. presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo, actual vereador Álvaro Amaro e, também, no jornal do Pinhal Novo que o estudo de trânsito iria ser feito, mas continua-se à espera.
 - Atendendo aos empréstimos bancários contraídos nos últimos dois anos vai a Câmara Municipal ter de pagar cerca de 2 milhões de euros só de encargos da dívida no ano de 2010 (1,3 milhões de euros de amortizações e 700 mil euros de juros). Estes empréstimos foram contratualizados para realizar obras que há muito

vinham sendo prometidas nos programas eleitorais da C.D.U. e vinham sucessivamente a ser proteladas nos Orçamentos e GOP da Autarquia.

- Relativamente às *Horas extraordinárias* verifica-se que das 6 alterações orçamentais que se efectuaram em 2009 houve um acréscimo desta rubrica orçamental no valor de 103mil euros, sendo que o Orçamento já contemplava mais de 800mil euros nesta rubrica. A verba paga em Horas extraordinárias em 2009 é muito semelhante à que foi paga em 2005 e, casualmente, estes anos reportam-se a anos eleitorais. Não percebe a razão de tal, uma vez que se mantêm anualmente as mesmas iniciativas/actividades e as mesmas promoções artísticas e culturais. Há dificuldade em suster este tipo de despesa. Paga-se 1,99 milhões de euros em subsídio de férias e de Natal aos 1.041 funcionários do Município, sendo que é despendido 1 milhão de euros em Horas extraordinárias só para alguns.

- O *Turismo* – promoção turística – contempla-se 59 mil euros. É um valor ainda inferior ao do ano passado e é manifestamente pouco para aquilo que Palmela tem para oferecer.

- Num ano de crise vai-se inflacionar a verba a transferir para a Palmela Desporto, Empresa Municipal, e vai contrariar-se o ciclo do investimento que este Município vinha praticando: são mais 100 mil euros. Ainda há pouco tempo foi aprovada uma proposta de suprimimento de 90 mil euros para acréscimo do capital social da Palmela Desporto.

Finaliza dizendo que o reflexo da crise que a Sr.^a presidente enfatiza em todo o documento é só uma parte da questão. A outra parte prende-se com a incapacidade demonstrada para fazer face à contenção de despesas em determinadas rubricas que, em seu entender, são perfeitamente escusadas. Este facto coloca a Câmara Municipal numa situação difícil e complicada que vai requerer do executivo um trabalho mais exigente e, possivelmente, mais árduo.

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** depois de saudar os presentes.

Observa que o presente Orçamento, tal como os anteriores, tem em termos estruturais uma matriz gastadora, despesista, em que mais de 80% dos recursos são consumidos em *Despesas Correntes*. O Orçamento em apreciação está bem elaborado em termos de técnica orçamental e contabilística, mas não são apresentadas as GOP. Aquilo que é apresentado são rubricas orçamentais e isso continua a ser só Orçamento. Menciona: *“trata-se de um Orçamento sem alma, nem sequer sabe se é um corpo que se move por inércia ou se está mesmo reduzido ao osso”*. O documento apresentado foi elaborado por técnicos do orçamento e contabilidade, mas falta a parte política que deve ser do

executivo. Em suma faltam as GOP. As GOP não são rubricas orçamentais, as GOP traduzem-se também em rubricas orçamentais, mas as GOP são o equacionar da situação actual e em termos prospectivos daquilo que é o concelho, a sua envolvente, do que se quer para o concelho e daquilo que efectivamente pode ser. As GOP devem verter o equacionar de objectivos, prioridades e opções. Daí é que resultam as GOP traduzidas em afectações orçamentais. Da forma como o documento é apresentado fica sem saber para onde Palmela caminha em termos da gestão municipal. Afirma: *“é uma gestão sem rumo, à deriva, ao sabor daquilo que são disponibilidades financeiras para afectar a determinadas acções e obras que depois estão traduzidas no Orçamento”*. O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** continua a sua intervenção dizendo que já anteriormente aquando da discussão das taxas do I.M.I. (Imposto Municipal sobre Imóveis) e Derrama se referiu à estrutura de despesas da Autarquia, dizendo que a mesma lhe parecia anormal em termos das *Despesas correntes* e da indisponibilidade para *Despesas de investimento*.

. Refere-se depois a uma publicação da CCDR-LVT (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), datada de Julho último, em que são analisadas as contas dos 51 Municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta análise é feita com base num conjunto de indicadores que permite observar qual é exactamente a estrutura orçamental e, portanto, a estrutura financeira dos Municípios. Há um conjunto grande de indicadores que possibilitam uma análise em detalhe. O estudo é feito sobre as contas das Câmaras Municipais e é um documento oficial. Em comparação com os demais Municípios que constam deste estudo o Município de Palmela aparece mal classificado. Opina que até ao momento não se tem sentido a má gestão da Câmara Municipal de Palmela em termos da aplicação dos recursos orçamentais, porque existe uma certa abundância de recursos. Deste estudo ressalta os seguintes aspectos:

. A Despesa corrente sobre o total da Despesa foi em 2006 de 82% e em 2007 de 83%, o que significa que para investimento sobraram somente 18% e 17%, respectivamente.

. Da análise feita aos anos de 2008, 2009 e ao Orçamento 2010 se se retirarem os empréstimos mantém-se a mesma estrutura de custos. Os empréstimos são receitas extraordinárias. Aquilo que conta na evolução em termos estruturais e da situação em que o Município de Palmela se encontra são as receitas sem os empréstimos.

. Usando o indicador das Despesas de Pessoal sobre o total da Despesa obtém-se: em 2006 – 42% e em 2007 – 44%. Assim sendo, as Despesas de Pessoal no Município de Palmela são de 42% e 44%, enquanto a média dos 51 Municípios da região se situa em 33%.

. No conjunto dos Municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo as despesas de investimentos rondam os 27%, enquanto que no Município de Palmela ficam em 17% e 18%.

. No Município de Palmela os recursos são consumidos em Despesa Corrente, Despesa de Pessoal, Despesa de funcionamento e não sobram verbas para investimento. Por isso, veja-se a situação em que o concelho de Palmela se encontra, relativamente à rede viária, ao saneamento e ao Centro Histórico da vila. Somente com recurso aos empréstimos bancários é que se vai fazendo algo, mas os empréstimos não dão para fazer tudo o que é necessário, para além de que se vão traduzir em encargos maiores, sendo que os juros traduzem-se em mais Despesas Correntes.

. Em termos das Despesas Correntes versus Despesas de Investimento o Município de Palmela encontra-se classificado no pior lugar a par do Município da Amadora. Estes dois Municípios encontram-se com uma taxa igual de Despesas Correntes . Isto é incompreensível, porque ao observar a folga orçamental verifica-se que Palmela, por exemplo em 2006, foi o Município que em termos relativos das Receitas correntes, ficou posicionado em 1.º lugar de entre os 51 Municípios.

. Na comparação entre os 51 Municípios verifica-se ainda que no que respeita à Derrama, em 2007, o Município de Palmela posiciona-se em 3.º lugar, sendo só ultrapassado pelos Municípios de Oeiras e Seixal. Há investimento privado no concelho e é arrecadada receita neste âmbito.

. Os indicadores que antes enunciou servem para mostrar o paradoxo entre aquilo que são folgas orçamentais – Receitas – mas depois são consumidas em Despesas correntes e de funcionamento e não fica a sobrar receita para novos investimentos..

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** conclui dizendo que ao comparar o Município de Palmela com 4 outros concelhos (que em termos de população, dimensão territorial e em termos da relação urbana / rural se podem considerar equivalentes, : Abrantes, Alcobaça, Mafra e Montijo) no que respeita aos indicadores que antes mencionou, verifica-se que o Município de Palmela é o pior situado quer no que se refere à Despesa corrente, à Despesa de Pessoal e ao investimento que concretiza, mas em contrapartida é o Município melhor classificado em termos da Receita. A seu ver esta situação acontece devido à gestão que tem sido feita ao longo dos anos nesta Câmara Municipal, que vivendo numa certa abundância de Receitas depois não cuida da economia dos gastos e da economia do investimento.

A **Sr.^a presidente** menciona não ter recebido o estudo da CCDR-LVT, mas não contudo, tem dúvidas se o papel da CCDR é o da avaliação das contas dos Municípios. Tanto quanto sabe os Municípios são auditados pelo Tribunal de Contas e pela Administração Geral do Território, entre outras entidades . Não reconhece à CCDR nenhuma competência específica para analisar as contas dos Municípios. Pode ser afalta de exercício dessa competência por parte da CCDR, mas de facto em oito anos de exercício que é presidente da Câmara Municipal de Palmela não tinha qualquer conhecimento que à CCDR coubesse analisar as contas dos Municípios.

Referindo-se às comparações que o Sr. vereador Fonseca Ferreira faz entre o Município de Palmela com os Municípios de Abrantes, Alcobaça, Mafra e Montijo, questiona sobre se a sua análise teve em consideração os Serviços Municipalizados. É do seu conhecimento que, por exemplo, no caso do Município do Montijo há uma diferença substancial que decorre dos Serviços Municipalizados apresentarem uma despesa muito relevante. Assim sendo, há uma diferença substancial na estrutura da Câmara Municipal de Palmela e na estrutura da Câmara Municipal do Montijo. Havendo Serviços Municipalizados a estrutura de custos é diferente. Percebe, enquadra e contextualiza a intervenção do Sr. vereador Fonseca Ferreira mais numa perspectiva marginal de recurso a outros dados que dispõe para fazer a análise da situação da Câmara Municipal de Palmela. Questiona ainda sobre se o Sr. vereador Fonseca Ferreira teve em consideração indicadores como a área territorial, o número de habitantes e, ainda, outros indicadores como, por exemplo, a situação relativamente aos serviços públicos, nomeadamente a existência ou não de transportes públicos e de que maneira é que este dado influi nas contas dos Municípios. É natural que um Município com uma menor área territorial ou que possua uma boa rede de transportes públicos tenha menores despesas, por exemplo nos transportes escolares.. No Município de Palmela os transportes escolares representam mais de 1 milhão de euros no orçamento municipal.

Questiona o Sr. Vereador se conhece outros estudos para além do estudo da CCDR-LVT,. Menciona um estudo recentemente elaborado pela Universidade da Beira Interior que estudou os 308 Municípios do país e, curiosamente, desses 308 Municípios do país, o Município de Palmela aparece classificado entre os 20 primeiros Municípios. Refere-se ainda à intervenção do Sr. vereador Fonseca Ferreira, nomeadamente quando este afirma que o documento apresentado não enuncia as Grandes Opções do Plano, dizendo que o documento está elaborado de acordo com o que a lei define e estipula,. Caso o documento não estivesse em conformidade com aquilo que são os preceitos legais já uma das tutelas teria chamado a atenção para o facto. . O documento permite fazer uma leitura das opções do executivo Assim, no documento em apreciação mantém-se o investimento na

área das infra-estruturas, na valorização do espaço público, da requalificação do Centro Histórico de Palmela, o investimento na reabilitação urbana, mantém-se o investimento (não tão significativo quanto os anos anteriores) na área da Educação, mantém-se o investimento nas infra-estruturas viárias, de saneamento e de abastecimento de água. Mantém-se igualmente o investimento nas áreas sociais, nomeadamente no Desporto e na Intervenção Social. Mantém-se ainda o investimento em projectos que envolvem outras áreas de dimensão Social e que acontecem fruto das parcerias em curso com a comunidade. A orientação estratégica da Câmara Municipal não se restringe só ao que realiza directamente no âmbito das suas atribuições e competências, é também o conjunto de projectos e de parceiros que a Autarquia apoia e que sublinham a intervenção da Câmara Municipal de Palmela. A aposta em determinados sectores da vida local, concretamente quando se faz a distribuição das verbas no Orçamento por actividades que respeitam ao Desenvolvimento dos Programas Desportivos, ou a atribuição de verbas às colectividades de Cultura e Desporto no âmbito do desenvolvimento dos seus Planos de Actividades, está a orientar-se a actividade da Câmara Municipal para privilegiar determinadas áreas da vida dos cidadãos. Estas opções são feitas em detrimento de outras.

A **Sr.ª presidente** menciona que o Sr. vereador José Carlos de Sousa fez várias comparações. Pretende, contudo, fazer uma comparação que o Sr. vereador não fez. Relativamente às Despesas com Pessoal e usando o ano de 2005 como comparação, o aumento das remunerações atinge praticamente 2,2 milhões de euros Regista-se um aumento de 4milhões de euros nos encargos globais com Pessoal. Os encargos com a Segurança Social quase duplicam de 2005 para 2009: são 1, milhões euros em 2005 e 3,5 milhões de euros em 2009. . Estes aumentos não resultam de opções da Câmara Municipal de Palmela nem de uma má aplicação dos recursos: são encargos que resultam de uma alteração de 10% para 15% dos encargos do município para com a Caixa Geral de Aposentações, por força de alterações legislativas..

Refere ainda que as *Despesas Correntes* não são só despesas de funcionamento, como a oposição pretende fazer crer. As despesas correntes, são também despesas pagas para os sistemas multi-municipais, nomeadamente na área do saneamento e do abastecimento de água. São despesas com transportes escolares, com as refeições dos alunos, com a actividade de recolha e tratamento de resíduos, com os Centros Culturais abertos ao público ou com o funcionamento de. Opina que todas estas despesas significam investimento na vida das pessoas, muito embora sejam classificadas como despesas correntes.

O **Sr. vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos.

O **Sr. vereador Luís Miguel Calha** refere-se à intervenção efectuada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa, quando este se reporta aos condicionalismos que marcaram a elaboração do Orçamento e GOP. Na verdade esses condicionalismos não foram apenas sentidos pela Câmara Municipal de Palmela, são condicionalismos sentidos pela generalidade das Autarquias Locais e que têm a ver com a crise económica internacional, mas sobretudo estão relacionados com a crise económica nacional. Como é do conhecimento geral a crise não é recente e, naturalmente, condiciona a elaboração destes documentos e tem consequências no investimento público, nas empresas e nas famílias. Estes condicionalismos que marcam a elaboração dos Orçamentos e GOP têm fundamentalmente a ver com a Lei das Finanças Locais aprovada, em 2006, pelo Governo do Partido Socialista e que, nessa altura, foi objecto de muitas discordâncias e críticas por parte da generalidade dos municípios portugueses. Esteve presente na semana anterior no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (A.N.M.P.) e uma das linhas gerais de actuação desta Associação foi precisamente a necessidade de se assumir a revisão da Lei das Finanças Locais para que o Poder Local possa continuar a ter um papel dinamizador no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esta nota resulta de uma apreciação feita pela generalidade dos Municípios portugueses.

Acrescenta que o Sr. vereador José Carlos de Sousa se referiu ao Orçamento 2010 e GOP 2010-2013 como sendo *“frágil”, “pouco ambicioso”* e *“com falta de rasgo”*. Dirá de outra forma: *“é um documento equilibrado, criterioso e com uma visão estratégica clara”*. Obviamente que não é a estratégia dos Srs. vereadores eleitos pelo P.S., mas essa não foi também a estratégia sufragada pela população há um mês e meio atrás. Aproveita para perguntar: qual é a estratégia da Administração Central para o concelho de Palmela? São irrisórias as verbas que têm sido investidas em sede de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) ao longo dos últimos anos neste concelho.

Mais refere que os Srs. vereadores do P.S., ainda na qualidade de candidatos, tiveram oportunidade de trazer ao concelho de Palmela vários Deputados, Secretários de Estado e Ministros. Gostava que os Srs. vereadores tivessem agora a capacidade de os conseguir convencer a fazer os investimentos que são necessários neste território, no sentido de promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Importa sublinhar que se tratam de investimentos da responsabilidade da Administração Central que têm vindo a ser adiados consecutivamente ao longo dos anos. Este é um desafio que lança publicamente aos Srs. vereadores eleitos pelos P.S..

O **Sr. vereador Luís Miguel Calha** finaliza referindo-se a outra questão que foi afluída pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa e que tem a ver com uma área que lhe está cometida: o *Turismo*. O Sr. vereador mencionou que *“a verba é reduzida e é muito pouco para aquilo que Palmela tem para dar”*. Apetece-lhe afirmar: *“Palmela tem muito para dar, tem dado muito e vai afirmar-se cada vez mais como um destino turístico qualificado”*. O investimento no Turismo não se mede apenas através das verbas que estão inscritas no Orçamento e GOP nessa rubrica em concreto. Quando se faz investimento na qualificação urbana, está também a fazer-se investimento no Turismo e na consolidação da marca turística de Palmela. A revitalização do Centro Histórico e a promoção da cultura é, também, investimento no Turismo. A promoção do Desporto e o Desporto ligado ao ambiente e à natureza é, igualmente, aposta no Turismo. É redutor afirmar-se que o investimento no Turismo é pouco significativo. Reconhece que a verba nesta rubrica não é aquela que gostaria de ter, mas de facto o Turismo é uma actividade transversal a toda a intervenção da Autarquia.

O **Sr. vereador Adilo Costa**, saúda os presentes e começa por referir que o Sr. vereador Fonseca Ferreira adjectivou o Orçamento e GOP como *“frágil”, “pouco ambicioso”, “resignado”, “sem alma” e “à deriva”*. A seu tempo ver-se-á se assim é. Enaltece o facto de o Sr. vereador José Carlos de Sousa reconhecer que a crise tem antecedentes nacionais revertidos nos últimos Governos, nomeadamente do Governo do Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates. Em termos globais a crise é do último trimestre de 2008. Por razões de honestidade o documento em apreço menciona que é uma crise económica nacional e global.

Em relação à intervenção no Centro Histórico de Palmela há algo que não foi referido: o efeito multiplicador que tem a intervenção que vai ser levada à prática. Seguidamente, o **Sr. vereador Adilo Costa** enumera algumas das acções que vão ser realizadas:

- Pavimentações de arruamentos no Centro Histórico;
- Iluminação no Centro Histórico;
- Arranjo do Largo do Miradouro;
- Arranjo do Largo da Boavista;
- Introdução do sistema Wireless no Centro Histórico;
- Renovação da sinalética de trânsito e colocação de novos luppies;
- Requalificação do Parque Venâncio Ribeiro da Costa;
- Requalificação da entrada Norte do Castelo;
- Requalificação do Largo do Pelourinho;

- Requalificação do Largo do Município e a zona adjacente;
- Requalificação da Praça de Armas no Castelo;
- Iluminação dos monumentos;
- Funcionamento do bar - esplanada no Castelo;
- Espaço Cidadão;
- Recuperação da escada de acesso ao marco geodésico;
- Intervenção na Casa de Hermenegildo Capelo;
- Requalificação da antiga piscina;
- Parque temático no Castelo;
- Intervenção nos sanitários públicos do Parque Venâncio Ribeiro da Costa;

Acrescenta que o efeito multiplicador não acontece só na área relacionada com o investimento no Centro Histórico. Há um efeito multiplicador na área Social, Cultural e Desportiva. Ainda hoje, na sequência de uma reunião do Conselho Local de Acção Social de Palmela (CLASP) houve duas oficinas de trabalho com parceiros. Menciona que a Sr.^a presidente na parte final da introdução ao Orçamento e GOP diz o seguinte: “(...) *O Plano de Trabalho para 2010 inclui um conjunto mais vasto de actividades e acções, muitas das quais contam com o envolvimento da comunidade e parceiros, cuja expressão não se reflecte no presente documento mas que contribui de forma decisiva para a qualificação do nosso território, em todos os domínios da vida local (...)*”. É isto mesmo que se pretende: o envolvimento dos parceiros e da comunidade, o que faz com que 1 euro venha no final a significar um valor muito superior. Há ideias importantes que não provêm só da Câmara Municipal, há ideias muito válidas dos parceiros e é com esses parceiros e com a comunidade que a Autarquia conta, nomeadamente, em momentos de crise como é aquela que se atravessa. Estas situações não vêm plasmadas no Orçamento que os Srs. vereadores da oposição consideram “*frágil*” e “*à deriva*”.

Em relação à questão das *Despesas Correntes*, observa que é evidente que o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) terá de ser revisto. Menciona que cada investimento que a Câmara Municipal realiza dá imediatamente lugar a Despesas Correntes. Há quem afirme que 30% da obra que se faz para o ano seguinte reflecte-se em termos de encargos. É verdade que a entrada em funcionamento, por exemplo, de uma Biblioteca acarreta o custo da obra, acrescido da aquisição dos livros, dos equipamentos e evidentemente das pessoas para prestar serviço aos cidadãos. Pergunta: será que se deve optar por não construir a Biblioteca para não aumentar as Despesas correntes? Por razões como esta é necessário rever o POCAL.

Mostra-se um pouco chocado pelo facto de o Município de Palmela aparecer muito mal classificado no relatório da CCDR-LVT a que o Sr. vereador Fonseca Ferreira aludiu. Provavelmente valerá a pena ver a génese das contas efectuadas, porque foi também com números que foi feita a Lei das Finanças Locais. Todos os Municípios do país presentes no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (A.N.M.P.), independentemente do partido político, foram unânimes em afirmar: “esta lei não nos serve”. A questão da territorialidade é importantíssima: o concelho de Palmela tem 460 Km2 e isso vale zero ao nível da Lei das Finanças Locais. A Câmara Municipal de Palmela leva água a Aldeia Nova da Aroeira a preço de ouro.

Em relação à afirmação feita pelos Srs. vereadores do P.S. quanto à falta de capacidade de investimento desta Autarquia, considera importante enumerar apenas alguns dos investimentos concretizados ao longo dos últimos quatro anos:

- Gabinete de Atendimento ao Cidadão em Quinta do Anjo;
- Drenagem de águas pluviais em Pardieiros;
- Intervenção na Rua António José Marques e na Rua Ricardo Xavier;
- Sistema de drenagem no Bairro Margaça;
- Remodelação da Escola n.º 2 de Pinhal Novo;
- Execução de infra-estruturas no Bairro Mesquita, em Pinhal Novo;
- Intervenção na Rua Custódio Cardoso e Rua 25 de Abril, em Lagoa da Palha;
- Repavimentação do CM 1024;
- Execução de infra-estruturas na Rua José Guilherme Ariolas, em Cabanas;
- Repavimentação e Alargamento do CM 1038;
- Arranjo paisagístico do Largo Marquês de Pombal;
- Prolongamento da rede de águas na Quinta da Asseca, Barris e Venda do Alcaide;
- Centro de Recursos para a Juventude em Pinhal Novo;
- Prolongamento e remodelação da rede de águas na Praça da Independência, em Pinhal Novo;
- Remodelação do sector Nascente da Praça da Independência, em Pinhal Novo;
- Sistema de abastecimento de água a Aldeia Nova da Aroeira;
- Ampliação da EB1 do Bairro Alentejano;
- Execução de infra-estruturas na Quinta das Flores;

- Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Cajados;
- Intervenção na Rua Direita, em Águas de Moura;
- Intervenção na EB1 de Brejos do Assa;
- Reforço do abastecimento de água a Palmela – 2.ª fase;
- Espaço de Atendimento de Palmela;
- Requalificação da iluminação da Praça da Independência, em Pinhal Novo

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** refere que vai disponibilizar um exemplar do estudo elaborado pela CCDR à Sr.ª presidente. Explica que a CCDR tem uma área da Administração Local. Todos os Municípios têm de enviar a sua Prestação de Contas depois de aprovada à Direcção Geral da Administração Local que, por sua vez, se socorre deste organismo para fazer a verificação das contas. Isto mesmo está traduzido na lei orgânica da CCDR. O que consta neste estudo são dados objectivos das contas das Câmaras Municipais, tendo o estudo sido elaborado durante o ano de 2008. Não há nenhuma questão conjuntural ou oportunista relativamente ao estudo. Viu num jornal referência ao estudo da Universidade da Beira Interior, mas este trata de outros domínios, como sejam, a qualidade territorial, a qualidade vida, etc., e não trata das questões orçamentais e nem das questões das GOP. O Orçamento que hoje é apresentado a votação não tem nada a ver com visão, nem com definição de objectivos, nem com definição de prioridades. Opina que se mantém a inércia dos Orçamentos anteriores. As circunstâncias mudaram muito em termos da conjuntura económica e social, mudaram inclusivamente em termos de perspectiva de investimentos para o concelho, o que devia merecer uma reflexão estratégica de definição de objectivos por parte do executivo em gestão na Câmara Municipal de Palmela. Mostra a sua disponibilidade para colaborar na melhoria do trabalho autárquico.

Relativamente à classificação das Despesas é o que a lei dita. A lei em vigor faz a diferença entre o que são Despesas correntes e Despesas de investimento e surgem claramente separados os novos investimentos. As comparações que são feitas no estudo da CCDR e que invocou são em termos relativos. Também a sua comparação entre o Município de Palmela com os quatro Municípios equivalentes é feita em termos relativos. Os outros Municípios têm os mesmos constrangimentos e a mesma classificação da despesa e, no entanto, têm desempenhos completamente diferentes. Está de acordo com a revisão da Lei das Finanças Locais. Não tem dúvidas que será mais fecunda a redistribuição de verbas a favor dos Municípios quando se observar quais são as competências municipais e aplicar desse modo os recursos nacionais.

Quanto ao desafio lançado pelo Sr. vereador Luís Miguel Calha, adianta que está disponível para reivindicar investimentos para o concelho desde que integrados numa visão estratégica clara do desenvolvimento do concelho.

Refere-se à intervenção do Sr. vereador Luís Miguel Calha quanto ao facto de a estratégia dos vereadores eleitos pelo P.S. não ter sido a estratégia sufragada pela população há um mês e meio atrás, dizendo que o concelho de Palmela teve uma elevada taxa de abstenção. Na situação dos eleitos da C.D.U. não estaria tão descansado e tão auto-satisfeito com o resultado eleitoral das últimas eleições autárquicas. Obviamente que não tem dúvidas sobre a legitimidade dos Srs. vereadores.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** observa que a enumeração de obras feita pelo Sr. vereador Adilo Costa deve ser remetida para quando for a discussão e votação do Relatório de Actividades da Câmara Municipal.

Em relação às intervenções tidas no âmbito do Turismo, importa salientar que quando as questões são transversais corre-se o risco de “*não tocar em nada*”. Sublinha que o executivo em exercício no último mandato foi capaz de ter sido aquele que mais atendeu às questões do Turismo. Muitos dos eleitos na Câmara Municipal de Palmela contribuíram para isso, concretamente, os Srs. vereadores José Braz Pinto e Octávio Machado e houve muita disponibilidade por parte da maioria para acolher as opiniões/sugestões.

Acrescenta que é importante referir que o Município de Palmela recebe verbas que não provêm só do PIDDAC, pelo que não se pode enfatizar esta questão da forma como habitualmente se faz. Remete para a leitura das actas do anterior mandato autárquico.

Quanto à opinião expressa nesta reunião sobre o documento em apreço ser “equilibrado”, “criterioso” e observar a “uma visão estratégica clara”, o conclui dizendo que não consegue ver isso espelhado. O Orçamento 2010 e as GOP 2010-2013 ficam muito aquém daquilo que são as necessidades das populações.

O **Sr. vereador Álvaro Amaro** saudou todos e começa por se referir à intervenção do Sr. vereador Fonseca Ferreira dizendo que ainda bem que não põe em causa a legitimidade das eleições. Em matéria de abstenção, sendo certo que, não estando satisfeitos com o número de cidadãos que participam nos actos eleitorais, seja nas Autarquias Locais, seja no Parlamento Europeu, isso não retira a legitimidade dos deputados portugueses para estar em funções. Importa mencionar que há campanhas e formas de estar na política que afastam os cidadãos dessa participação. Opina que todas as forças políticas em presença devem reanalisar o seu discurso, a sua postura e a forma como se apresentam ao eleitorado. Este é uma reflexão que deve ser feita.

Mais refere que a discussão desta proposta tem sido balizada por estudos, contudo há outros parâmetros em análise. Acrescenta que os eleitos neste órgão têm de facto diferenças ideológicas. Fica com a ideia que os Srs. vereadores da oposição estão a estudar muito por uma cartilha e isso deixa-o, de certo modo, preocupado, porque sendo da área do Partido Socialista são manuais muito dependentes da ditadura dos défices, muito dependentes de concepções neo-liberais que consideram que toda a despesa com os trabalhadores é um empecilho ao desenvolvimento. A maioria C.D.U. vê isso de outra forma. O trabalho concreto dos trabalhadores das Autarquias é: as toneladas de resíduos sólidos que são recolhidos, os quilómetros de estradas que são reparados, o conjunto de serviços que são prestados à população, as respostas que são dadas quotidianamente (que não sendo ainda satisfatórias é preciso continuar a investir nessas áreas) e a partir daí vê-se qual é a relação de despesas com pessoal e qual é o valor acrescentado para a qualidade de vida das pessoas. De facto, o valor acrescentado para a qualidade de vida das pessoas é, no Município de Palmela, muito superior ao de outros Municípios. Os estudos são importantes mas valem o que valem. Há indicadores absurdos. Recentemente falou-se de estudos que apontavam alguns países do continente africano com elevados índices de desenvolvimento humano, dependendo se o indicador era o PIB (Produto Interno Bruto) ou a Despesa corrente. De facto os países do continente africano têm muito pouco de Despesa corrente, mas as suas populações não vivem bem. Neste Município prefere-se efectivamente que as populações tenham melhor qualidade de vida e isso implica, em muitas áreas, um reforço de pessoal, sem prejuízo de analisar se alguns aspectos terão de ser geridos de outra forma. Para observar à redução das despesas com pessoal alguns Municípios que aqui foram citados a título de exemplo, optam por serviços realizados através de empresas privadas, e isso nem sempre resulta numa melhor resposta às populações, sendo que acarreta custos acrescidos para as bolsas dos Municípios. É necessário reequacionar estas questões numa forma mais global. A maioria C.D.U. defende que os trabalhadores geram riqueza pelo conjunto de serviços que prestam e pelo conjunto de trabalhos que fazem por administração directa e isso mesmo pesou na avaliação que os municípios do concelho de Palmela têm vindo a fazer da actuação da gestão municipal.

Relativamente às GOP e indo ao encontro das questões concretas que lhe foram dirigidas pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa, menciona que a reprogramação de obras é por vezes necessária, ou por questões de financiamento, ou por questões que são avaliadas internamente e que têm a ver com a articulação de outras obras e intervenções que vão decorrer no território.

Em relação ao estudo de trânsito importa clarificar que o Sr. vereador José Carlos de Sousa nunca viu no jornal ou em outro órgão de comunicação social ser noticiado que o

presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo afirmou que se iria ter um estudo de trânsito. Em abono da verdade o que aconteceu foi o presidente da Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo reclamaram da Câmara Municipal de Palmela a realização de um estudo de trânsito para a referida freguesia. Esta matéria está a ser trabalhada. Há estudos que são desenvolvidos internamente, porque há potencial humano e bons técnicos que promovem alterações qualitativas no dia-a-dia na sinalização e trânsito. Outros estudos requererão aquisição de serviços externos, sendo que há outros mais globais, que o executivo camarário defende que sejam feitos, mas que dependem da conclusão de alguns planos de ordenamento do território (Planos de Pormenor e Planos de Urbanização) e a seu tempo serão realizados.

Menciona que está inteiramente de acordo com a necessidade de rever o POCAL e, sobretudo, a Lei das Finanças Locais. Este tipo de matéria acaba por colher unanimidade por parte de quem gere e de quem está no poder nas Autarquias numa escala à outra da coloração política, mas depois, nas oposições, este assunto é gerido de outra forma.

O **Sr. vereador Álvaro Amaro** finaliza dizendo que o documento em apreciação contempla orientações e prioridades e, exemplo disso mesmo, são as verbas que estão adstritas à Educação, Saneamento, Abastecimento de Água, Habitação, Cultura, etc.. Assim sendo, à Educação estão consignados 4,5 milhões de euros, ao Saneamento 6,5 milhões de euros, ao Abastecimento de Água 2 milhões de, à Habitação 2,3 milhões de euros e à Cultura 2,6 milhões de euros. Estes valores apontam qual é a matriz de desenvolvimento e o que é que está a sedimentar-se no território, sem prejuízo de outros passos que irão ser dados no futuro. É de opinião que o documento em apreciação é sério, responsável e adequado a este ano de transição. Para a maioria do executivo em gestão constitui um desafio executá-lo e, de preferência, com percentagens muito elevadas.

A **Sr.^a vereadora Adília Candeias** saúda os presentes e defende que não se pode comparar os custos com pessoal com os serviços que são prestados às populações. Os Municípios que serviram de base de comparação com o Município de Palmela têm reduzida população escolar e, como tal, não terão encargos tão avultados com Transportes Escolares como os que tem a Câmara Municipal de Palmela. Neste período em referência, a que aludiu o Sr. vereador José Carlos de Sousa, de 2005 até 2009, convém observar que se mantêm sensivelmente as mesmas trinta escolas, mas duplicaram o número de salas. A Câmara Municipal duplicou também o número de ofertas de pré-escolar e isso reflecte-se no Orçamento. Adianta que as despesas respeitantes ao prolongamento do horário nos jardins-de-infância são classificadas nas Despesas correntes. Cada sala de pré-escolar que se abre à comunidade tem uma auxiliar que

acarreta um determinado encargo e esse é classificado em Despesas correntes. Estes dados têm de constar do documento em apreciação.

Mais refere que a Câmara Municipal de Palmela considerou por bem transportar os alunos que estão distanciados a 2 Km quando por lei são estipulados 4 Km. Nesse sentido, foi elaborado e aprovado um regulamento. No caso da freguesia de Poceirão, a Autarquia assegura o transporte de todos os alunos, porque se concentrou a escola. A ideia de concentrar a escola não foi só por opinião da Câmara Municipal, é uma ideia que decorre da legislação e de algumas medidas tomadas pelo Governo para reduzir o pessoal docente e não docente nas escolas. A Câmara Municipal de Palmela tem mais de 20 circuitos de Transportes Escolares e nalguns circuitos tem de pagar vigilantes.

Relativamente às questões do Pessoal há medidas que são tomadas pelo Governo que considera positivas, mas a aplicação dessas medidas vem agravar o Orçamento municipal. Exemplo: as pessoas que ingressaram a partir de 2008 na Câmara Municipal passam a descontar para a Segurança Social em vez de descontar para a Caixa Geral de Aposentações e deixam de pagar 15% para pagar 20%. Esta é uma medida que não tem a ver com o serviço prestado aos trabalhadores. Outro exemplo: os Abonos de Família e as questões da parentalidade foram alterados e acarretam custos mais avultados para as Câmaras Municipais. Naturalmente que são medidas positivas para a população, mas que resulta em maiores encargos para as Autarquias. Uma questão que não abona muito para as medidas tomadas a nível nacional foi o facto de a Lei do Orçamento de Estado em 2005 ter congelado as várias carreiras e não permitir que o Pessoal tivesse sido aumentado durante alguns anos. Foi nos anos de 2008 e 2009 que estas despesas se viram agravadas, porque a Câmara Municipal abriu concursos para as pessoas que estavam em condições de ser promovidas. Em 2009 e no âmbito da opção gestonária foi possível promover cerca de 400 trabalhadores. Nenhuma administração deve pensar que consegue fazer muito trabalho com poucos trabalhadores e ainda por cima não os remunerando, nem os qualificando. É preciso assegurar que os trabalhadores progridam de acordo com as suas capacidades e possibilidades.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** expressa que a Câmara Municipal de Palmela perdeu uma grande oportunidade em 2008 de fazer uma efectiva reestruturação orgânica em termos das reais necessidades da Câmara Municipal e do que são os serviços que vêm sendo desconcentrados pelo Governo, quer seja em matéria de Educação, Saúde, Acção Social, etc.. Desta forma podiam ter sido prevenidas muitas situações. Esta é uma questão de fundo.

Relativamente ao estudo de trânsito foi dito no anterior mandato pelo Sr. vereador José Charneira que havia situações pontuais que nunca foram assumidas por diversos factores.

Numa reunião a que assistia o então Sr. presidente da Junta de Freguesia de Pinhal, actual vereador nesta Autarquia, teve ocasião de sugerir que uma alteração ao fluxo de trânsito permitiria melhorar a situação.

Refere-se à intervenção da Sr.^a vereadora Adília Candeias e ao facto de ela ter mencionado que algumas medidas tomadas pelo Governo eram para reduzir o pessoal docente e não docente nas escolas. É de opinião que na base da abertura da Escola de Marateca/Poceirão se avaliou a forma de melhor capacitar os alunos e de lhes propiciar mais oportunidades e, ainda, dar estabilidade ao corpo docente. Isto nada tem a ver com redução de pessoal.

Relativamente à observação feita pelo Sr. vereador Fonseca Ferreira quanto ao facto de o Orçamento e GOP se caracterizar por “*inércia*”, a **Sr.^a presidente** menciona que aquilo que o Sr. vereador chama de “*inércia*” ela tende a chamar de “*coerência*”. Compreende que caso os Srs. vereadores do P.S. tivessem ganho as últimas eleições autárquicas e fossem responsáveis pela gestão municipal teriam feito opções diferentes das que constam no documento em causa. A maioria C.D.U. em gestão neste executivo entende por bem manter a opção por áreas que são importantes para este território e suas populações. Atende à importância que as funções sociais desempenham. Continua o investimento em áreas que têm em conta a alteração do tecido social e do tecido económico deste concelho. É inevitável que se mantenham os investimentos em áreas que caracterizam este território e que distinguem o investimento municipal desde há vários anos. Não sente que a proposta agora apresenta vá diminuir o conjunto do trabalho que tem sido feito e os investimentos em prol da qualidade de vida no concelho de Palmela. É possível distinguir estudos que trabalham sob indicadores que decorrem do Orçamento e que são de cariz mais financeiro e estudos que trabalham sob indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento social. São realidades completamente diferentes e com uma visão sobre o território que é completamente diferente. Mostra-se muito satisfeita porque, mesmo do ponto de vista dos indicadores estritamente económicos, a Câmara Municipal de Palmela continua a ter uma situação saudável e isto é afirmado mesmo por outras instituições. Denota igualmente a sua satisfação pelo facto de outros estudos que reacaem sob o desenvolvimento social colocarem o Município de Palmela em lugares bem mais destacados entre os 308 Municípios do país. É isto que considera verdadeiramente importante.

A **Sr.^a presidente** alude à intervenção do Sr. vereador Luís Miguel Calha quando este invoca algumas das conclusões do último Congresso da A.N.M.P. e a unanimidade que este tipo de questões recolhe. Refere-se ao peso do investimento das Autarquias Locais versus o ínfimo peso dos custos que as mesmas acarretam. As Autarquias recebem cerca

de 11% das receitas globais do Estado e realizam mais de 50% do investimento nacional. São realidades como esta que contribuem para os indicadores sociais e económicos de desenvolvimento em cada um dos territórios. Este é um aspecto essencial. E, em contrapartida, os Municípios representam 0,1% do défice do Estado. . Os investimentos feitos pelo Poder Local são muito importantes e as populações confirmam a justeza e a justiça de algumas das opções.

A **Sr.^a presidente** finaliza dizendo que o Orçamento de Estado contribui para o Orçamento da Câmara Municipal de Palmela com 17%, do total das receitas. Ainda assim, o Município de Palmela continua a fazer investimentos em áreas importantes e continua a corresponder aos grandes desafios que são colocados para este território. Quando o Governo estipula que a sua prioridade é a Educação, tomara o Governo encontrar capacidade e contra-partida local capaz de corresponder a esse desígnio nacional como encontra no caso do concelho de Palmela.

Submetida a proposta de *Orçamento 2010 e Grandes Opções do Plano 2010-2013* a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. vereadores Fonseca Ferreira e José Carlos de Sousa.

Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento de investimentos municipais no valor € 2.762.250,00.

PROPOSTA N.º DAF 02_24-2009:

«O município apresentou em Agosto de 2008, ao QREN – Programa Operacional de Valorização do Território uma candidatura para financiamento de 75% do investimento do Reforço de Abastecimento de Água a Pinhal Novo, no valor de dois milhões e quinhentos euros (2.000.500,00 €). Em Julho de 2009, foi-nos comunicada a não aprovação desta comparticipação, pelo que o financiamento da empreitada em curso terá que ser totalmente efectuado com recurso ao orçamento municipal.

Igualmente no âmbito da linha de apoio financeiro criada ao abrigo do disposto do despacho n.º 23.403/2008, de 16 de Setembro, para alargamento da rede pré-escolar, foram celebrados contratos de apoio para a Escola Básica do 1.º ciclo de Lagameças e Escola Básica com Jardim de Infância de Lagoa do Calvo, com a Direcção Regional de Educação de Lisboa. A comparticipação do Ministério da Educação é de 117.596,50 € para cada uma das escolas, sendo o investimento total de 777.200,00 € para o Jardim-de-infância de Lagameças e de 663.000,00 € para o Jardim-de-infância de Lagoa do Calvo.

No actual contexto, importa aproveitar todas as oportunidades de financiamento, incluindo o recurso ao crédito bancário, de forma a satisfazer as necessidades dos municípios, desde que de forma sustentável.

O município dispõe de capacidade de endividamento que permite recorrer ao financiamento bancário para realização de investimentos essenciais, conforme se demonstra no quadro seguinte, libertando assim os recursos próprios para a satisfação de outras competências municipais.

Capacidade de endividamento – empréstimos de MLP	2010	2011	2012	2013
Receitas ano anterior (nos anos seguintes mantêm-se constantes)				
Impostos Municipais e Derrama s/ IRC	17.650.000	17.650.000	17.650.000	17.650.000
Participação no FEF e IRS	7.357.307	7.357.307	7.357.307	7.357.307
Limite da Capacidade de Endividamento	25.007.307	25.007.307	25.007.307	25.007.307
Capital em dívida com empréstimos de MLP- Utilização do novo empréstimo	17.116.668 2.762.250	15.643.606	14.414.051	13.144.142
Total do capital em dívida	19.878.908	18.405.856	17.044.051	15.596.642
Capacidade de endividamento utilizada	79,5%	73,6%	68,2%	62,4%

Assim, nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro **proponho** que sejam consultadas as entidades bancárias:

- . Banco Espírito Santo;
- . Banco Santander Totta;
- . Banco Bilbao e Viscaya
- . Banco Português de Investimento – BPI
- . Caixa Geral de Depósitos;
- . Millennium BCP;

para apresentação de proposta de contracção de um empréstimo no valor de 2.762.250,00 € (dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil duzentos e cinquenta euros), a amortizar no prazo de 15 anos, com um período de utilização de 1 (um) ano, reembolsado em prestações constantes de capital e juros, semestrais e a taxa de juro indexada à taxa euribor a 6 (seis) meses, para financiamento dos seguintes investimentos:

Investimento	Valor (euro)
Reforço do abastecimento de água ao Pinhal Novo	1.158.000,00
Ampliação e remodelação da EB1 de Lagoa do Calvo para Jardim-de-infância	551.200,00
Ampliação e remodelação da EB1 de Lagameças para Jardim-de-infância	673.050,00
Infra-estruturas da Lagoinha – 1ª fase	380.000,00
Total	2.762.250,00

A adjudicação do presente empréstimo bancário será efectuada à entidade bancária cuja proposta acarrete, no global, o menor volume de encargos financeiros para o município.»

Sobre a proposta de *Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento de investimentos municipais no valor € 2.762.250,00* intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que este é mais um empréstimo bancário de longo prazo que não conseguiu ser consagrado no pacote dos 16 milhões de euros do mandato passado e que vem agora ser colocado à consideração. Este empréstimo destina-se à execução de obras que estão plasmadas no Orçamento e GOP com verbas a definir, aprovado pela maioria C.D.U..

Realça que a obra de “Reforço do Abastecimento de Água ao Pinhal Novo” é uma prerrogativa e uma necessidade de há muito tempo. Se esta obra (que está prevista desde 2005/2006) pudesse ter sido realizada mais cedo não seria necessária a contracção deste empréstimo. O mesmo acontece com a empreitada de “Infra-estruturas da Lagoinha – 1.^a fase”.

Finaliza dizendo que os vereadores do P.S. vêm com preocupação a questão do empréstimo e, também, o facto de a capacidade de endividamento utilizada em 2010 se situar em 79,5%. Atendendo a que as quatro obras a que o empréstimo se destina serem importantes, os vereadores Socialistas optam por votar favoravelmente esta proposta.

A **Sr.^a presidente** esclarece que a obra de “Reforço do Abastecimento de Água ao Pinhal Novo” não foi adiada, porque se optou por dar prioridade a outras empreitadas que eram necessárias, antecipando-se a construção de Escolas (exemplo: Escola de Val’Flor). Constatou-se que a obra de “Reforço do Abastecimento de Água ao Pinhal Novo” é efectivamente necessária quando o loteamento de Val’Flor estiver construído e ocupado. Daí que se tivesse reprogramado a obra desta maneira. As Escolas foram feitas de uma forma e esta obra terá de ser feita de outro modo, pelo que se tem de recorrer a financiamento bancário para realizar a mesma.

Quanto à capacidade de endividamento, a **Sr.^a presidente** explica que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal vai situar-se perto de 80% em 2010, mas começa imediatamente a descer nos anos seguintes: em 2011 é de 73%, em 2012 é de 68% e em 2013 é de 62%. Isto significa, ainda assim, alguma capacidade de suportar este nível de endividamento. A maioria em gestão nunca correria riscos colocando-se na situação de não poder fazer face a algum imprevisto que possa acontecer nos próximos anos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 3 – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de € 2.000.000,00

PROPOSTA N.º DAF 03_24-2009:

«A Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelece no seu artigo 38.º que os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, os quais devem ser amortizados no prazo máximo de um ano após a sua contratação. O montante máximo do empréstimo de curto prazo, não pode, em qualquer momento do ano, exceder 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da Derrama sobre o IRC e da participação do município no IRS e no Fundo de Equilíbrio Financeiro, cerca de 2,5 milhões de euros em 2010.

Capacidade de endividamento – empréstimos de Curto Prazo	2010
Receitas ano anterior (nos anos seguintes mantêm-se constantes)	
Impostos Municipais e Derrama s/ IRC	17.650.000,00
Participação no FEF e IRS	7.357.307,00
Limite do empréstimos de curto prazo	2.500.731,00

Assim e tendo em consideração que:

. O município de Palmela tem uma estrutura de receita na qual as transferências do Orçamento de Estado, enviadas mensalmente, apresentam um peso de cerca de 18%, tendo as receitas de impostos e taxas municipais um peso bastante elevado;

. A receita proveniente da cobrança de impostos municipais, nomeadamente do Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama sobre o IRC, só é efectivada em Maio e Agosto, respectivamente, pelo que nos primeiros cinco meses do ano, as receitas do município ficam dependentes do comportamento do IMT, do Imposto Único de Circulação e da venda de serviços, que poderão ser insuficientes para os compromissos existentes no mesmo período;

. Nos últimos anos o município tem gerido a sua tesouraria nos primeiros meses do ano, com as disponibilidades que têm transitado do ano anterior e que têm sido bastante significativas, contrariamente ao que irá acontecer no ano de 2009. Neste contexto, para assegurar o cumprimento de compromissos financeiros, o município poderá ter de recorrer a um empréstimo para reforço de tesouraria;

Propõe-se,

1. nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que seja autorizada a contracção de um empréstimo de curto prazo até ao máximo de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros) a ser utilizado sempre que se justifique e a ser totalmente amortizado até final do ano de 2010.

2. que sejam consultadas as seguintes entidades bancárias:

- . Banco Santander Totta;
- . Banco Bilbao e Viscaya
- . Banco Espírito Santo - BES
- . Banco Português de Investimento – BPI
- . Caixa Geral de Depósitos;
- . Millennium BCP;

A adjudicação do presente empréstimo bancário será efectuada à entidade bancária cuja proposta acarrete, no global, o menor volume de encargos financeiros para o município.»

Sobre a proposta de *Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de € 2.000.000,00* intervieram:

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** refere-se a uma questão de pormenor: a proposta menciona que o Município poderá ter de recorrer a um empréstimo, mas certamente a expressão a utilizar será “o Município vai recorrer a um empréstimo”.

Quanto à substância da proposta, o **Sr. vereador Fonseca Ferreira** refere que os vereadores do P.S. se vão abster. Explicita que não vão votar contra, porque estão perante um facto consumado e o empréstimo é mesmo necessário nestas circunstâncias para os próximos meses. Faz votos para que tudo corra o melhor possível e a evolução das receitas permita ir amortizando este empréstimo tal como é previsto. Manifesta preocupação dada a conjuntura em que o Município se encontra e dado o que foi a evolução da receita em 2009. Nestas circunstâncias, os vereadores Socialistas vão-se abster.

A **Sr.^a presidente** explicita que a formulação adoptada na proposta “poderá ter de recorrer” é mesmo essa a figura, porque a autorização que está a ser pedida para este empréstimo é mesmo por uma questão de precaução. Tal como dita a proposta é natural que as receitas (Imposto Municipal sobre Transacções, Imposto da Circulação e da Venda de Serviços) sejam insuficientes para fazer face aos compromissos. Porventura se entrar receita proveniente das taxas dos loteamentos até se pode vir a não utilizar-se o empréstimo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. vereadores Fonseca Ferreira e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, atendendo a que as dificuldades que a Câmara enfrenta são fruto da sua má política de gestão de recursos humanos, que impossibilita a necessária manutenção de saldos de tesouraria suficientes para colmatar dificuldades inerentes ao contexto da crise existente.”

PONTO 4 – Alteração do n.º 2 da cláusula 1.ª do contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo no valor de € 8.000.000,00.

PROPOSTA N.º DAF 04_24-2009:

«O empréstimo em epígrafe, visado em 04/06/2008, tem um prazo de utilização de 24 meses, terminando este a 04 de Junho de 2010. O valor utilizado até ao momento foi de 4.215.965,85 €, prevendo-se utilizar a sua totalidade até à data referida.

Contudo, para a sua concretização torna-se necessário proceder a uma reafecção dos montantes a financiar nos investimentos que constam na cláusula 1.ª do empréstimo, tendo em consideração que a obra de Remodelação dos Paços do Concelho, com um valor previsto de 700.000,00 €, se revelou tecnicamente inviável de ser concretizada no período de utilização do empréstimo e que alguns dos investimentos foram adjudicados por montantes superiores ou inferiores aos valores previstos no financiamento.

Assim, **propõe-se** que nos termos da alínea d) do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a alteração do n.º 2 da cláusula 1.ª do contrato de empréstimo, de acordo com a redacção proposta, e tomando em consideração os ajustamentos constantes do mapa seguinte:

Investimento	Valor a financiar inicialmente (€)	Valor a financiar proposto (€)	Diferença
Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho	700.000,00	0	-700.000,00
Ampliação e Remodelação da EB1 de Pinhal Novo n.º 2 – Rua Salgueiro Maia	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00
Construção da nova EB1 em Poceirão	950.000,00	753.838,63	-196.161,37
Sistema de Drenagem Águas Residuais Domésticas e Pluviais em Fernando Pó e Fonte Barreira	300.000,00	237.000,00	-63.000,00
Conclusão de Infra-Estruturas em Cabanas	115.000,00	242.960,00	127.960,00
Drenagem de Águas Residuais em Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha	400.000,00	600.000,00	200.000,00

Investimento	Valor a financiar inicialmente (€)	Valor a financiar proposto (€)	Diferença
Drenagem em Brejos do Assa	680.000,00	650.392,43	-29.607,57
Cine Teatro S. João – Recuperação do Edifício	600.000,00	1.071.110,00	471.110,00
Centro para a Juventude em Quinta do Anjo	180.000,00	153.842,96	-26.157,04
Pavimentação da Rua António Severino de Matos – Cabanas	130.000,00	73.407,89	-56.592,11
Execução de Infra – Estruturas na Rua Direita – Águas de Moura	60.000,00	59.391,66	-608,34
Repavimentação e Alargamento da Rua 9 Março – Cajados	160.000,00	225.700,00	65.700,00
Repavimentação e Alargamento da Estrada dos Pêgos	160.000,00	154.274,50	-5.725,50
Pavimentação da Rua 1º de Maio – Cajados	210.000,00	219.450,58	9.450,58
Drenagem e Pavimentação de um troço da Rua 1º de Maio – Venda do Alcaide	410.000,00	512.692,15	102.692,15
Pavimentação da Rua António Albino – Forninho	190.000,00	186.927,63	-3.072,37
Pavimentação da Rua da Escola da Palhota e Aceiro Novo	210.000,00	323.690,64	113.690,64
Pavimentação da Travessa Luís de Camões – Cabanas	120.000,00	120.000,00	0,00
Pavimentação do prolongamento do Aceiro Principal da Carregueira	125.000,00	125.000,00	0,00
Pavimentação do Aceiro do Círio dos Olhos de Água (antigo Aceiro do Cangalho)	130.000,00	103.848,73	-26.151,27
Pavimentação da Rua da Escola – Lagameças	150.000,00	150.000,00	0,00
Pavimentação do Aceiro José Camarinho – Pinhal Novo	220.000,00	236.472,20	16.472,20
TOTAL	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00

Nova redacção do n.º 2 da Cláusula 1.ª:

«Cláusula 1ª

(Modalidade, Montante e Finalidade)

2. O financiamento referido no número anterior destina-se a ser utilizado pelo município para os seguintes investimentos:

a) Ampliação e Remodelação da EB1 de Pinhal Novo n.º 2 – Rua Salgueiro Maia (EUR 1.800.000,00);

b) Construção da nova EB1 em Poceirão (EUR 753.838,63);

- c) Sistema de Drenagem Águas Residuais Domésticas e Pluviais em Fernando Pó e Fonte Barreira (EUR 237.000,00);
- d) Conclusão de Infra-Estruturas em Cabanas (EUR 242.960,00);
- e) Drenagem de Águas Residuais em Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha (EUR 600.000,00)
- f) Drenagem em Brejos do Assa (EUR 650.392,43);
- g) Cine Teatro S. João – Recuperação do Edifício (EUR 1.071.110,00);
- h) Centro para a Juventude em Quinta do Anjo (EUR 153.842,96);
- i) Pavimentação da Rua António Severino de Matos – Cabanas (EUR 73.407,89);
- j) Execução de Infra – Estruturas na Rua Direita – Águas de Moura (EUR 59.391,66);
- k) Repavimentação e Alargamento da Rua 9 Março – Cajados (EUR 225.700,00);
- l) Repavimentação e Alargamento da Estrada dos Pêgos (EUR 154.274,50);
- m) Pavimentação da Rua 1º de Maio – Cajados (EUR 219.450,58):
- n) Drenagem e Pavimentação de um troço da Rua 1º de Maio – Venda do Alcaide (EUR 512.692,15)
- o) Pavimentação da Rua António Albino – Forninho (EUR 186.927,63);
- p) Pavimentação da Rua da Escola da Palhota e Aceiro Novo (EUR 323.690,64)
- q) Pavimentação da Travessa Luís de Camões – Cabanas (EUR 120.000,00);
- r) Pavimentação do prolongamento do Aceiro Principal da Carregueira (EUR 125.000,00);
- s) Pavimentação do Aceiro do Círio dos Olhos de Água (antigo Aceiro do Cangalho) (EUR 103.848,73)
- t) Pavimentação da Rua da Escola – Lagameças (EUR 150.000,00);
- u) Pavimentação do Aceiro José Camarinho – Pinhal Novo (EUR 236.472,20).»

Sobre a proposta de *Alteração do n.º 2 da cláusula 1.ª do contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo no valor de € 8.000.000,00* interveio:

O Sr. vereador José Carlos de Sousa menciona que os vereadores do P.S. em 04 de Abril de 2007, aquando da aprovação da proposta de contracção deste empréstimo bancário, abstiveram-se pelos motivos invocados na altura e que têm essencialmente a ver com o facto de discordarem da contracção dos empréstimos (e isso levá-los-ia a votar contra), mas percebendo que algumas das obras são inadiáveis e, não havendo outro tipo

de capacidade financeira por parte da Câmara Municipal para as realizar, esta é uma solução. Na ocasião abstiveram-se.

A presente proposta oferece-lhe as seguintes considerações:

. Transferem-se cerca de 700 mil euros da obra de “Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho”, dado que se revelou tecnicamente inviável a sua concretização no período de utilização do empréstimo;

. Nota-se um desvio significativo de verbas em algumas obras. Tais como:

. “Recuperação do Edifício do Cine-Teatro S. João” – o valor inicial estimado para a empreitada foi de 600 mil euros e, neste momento, o seu custo está orçado em 1.071.000 euros (mais de 40%);

. “Drenagem e Pavimentação do Troço da Rua 1.º de Maio, em Venda do Alcaide” – o desvio em relação ao valor que estava previsto é de 102 mil euros;

. “Pavimentação da Escola da Palhota e Aceiro Novo” – estava estimada em 210 mil euros e sofreu um acréscimo de 113 mil euros (mais 50%).

. Em suma: deixou de se fazer a obra de “Remodelação dos Paços do Concelho” e as obras que se concretizaram dispararam para valores muito superiores ao que foi o valor da adjudicação. Denota-se dificuldade em conter derrapagens no custo das obras.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** conclui expressando a opinião dos vereadores Socialistas: não vêm de bom modo o adiamento da obra de “Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho”, nem as derrapagens nas obras que antes enunciou. Atendendo a que a presente alteração é uma questão única e exclusiva do executivo vão abster-se.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. vereadores Fonseca Ferreira e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se na proposta da reunião de 04/04/2007 que aprovou o empréstimo de 6.055.000 € porque embora os critérios e as prioridades lhes parecessem correctos e, não querendo contribuir negativamente para a execução de obras há tanto prometidas e necessárias para a vida do concelho, não podiam concordar com o aumento de endividamento, numa operação financeira que também se destinava a apoiar calendários eleitorais.

A acrescer a estes argumentos vêem agora a circunstância de o empréstimo não ser utilizado com os fins a que se destinava inicialmente.

Por estas razões mantêm o seu sentido de voto.”

II – GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E ACÇÃO LOCAL

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

(Ao título desta proposta foi acrescentado conforme sugestão dada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa – “Prorrogação dos prazos de vigência”)

PONTO 7 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia – Prorrogação dos prazos de vigência:

PROPOSTA N.º GPAL 01_24-09:

«De acordo com o seu articulado, a vigência dos Protocolos de Delegação de Competências nas Freguesias, celebrados em 2006 entre a Câmara Municipal e as cinco juntas do concelho, é coincidente com o mandato autárquico, tendo por esse motivo cessado a sua eficácia com a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos. Contudo, o mesmo articulado contempla uma disposição que possibilita a prorrogação da validade dos protocolos, desde que tal acto seja objecto de ratificação pelos novos órgãos da entidade delegante e das delegadas.

Tendo em consideração que, devido ao seu objecto, âmbito e período de vigência, a revisão dos Protocolos de Delegação de Competências nas juntas de freguesia é um processo complexo, que envolve uma negociação política exigente e posterior (e por vezes sucessiva) validação técnica (do ponto de vista operacional, financeiro e jurídico) das propostas e soluções acordadas, entenderam as partes envolvidas recorrer ao mecanismo de prorrogação da vigência dos protocolos, reservando o primeiro trimestre de 2010 para a negociação e aprovação dos novos protocolos.

Em face do exposto e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 53º, nº 2 da alínea s), e 66º da Lei 169/1999, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2001 de 11 Janeiro, e do articulado dos Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia de Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Poceirão e Marateca para o mandato 2005/2009, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove e submeta à Assembleia Municipal para ratificação, a prorrogação do prazo de vigência dos referidos Protocolos, no período compreendido entre a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos e a aprovação, de acordo com a tramitação legal exigida, dos novos Protocolos.»

Sobre a proposta de *Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia – Prorrogação dos prazos de vigência* interveio:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** menciona que só recebeu a proposta em apreço e os Protocolos só lhe foram entregues hoje, razão pela qual não teve oportunidade de os consultar. Parece sensato que não havendo uma perspectiva definitiva se possa prorrogar o prazo de vigência dos Protocolos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pela **Sr.ª vereadora Adília Candeias** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Mapa de Pessoal para o ano de 2010.

PROPOSTA N.º DRHO-DRH 01_24-2009:

«No mapa de pessoal, em anexo, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, é aprovado conjuntamente com o Orçamento compreendendo a totalidade dos postos de trabalho que, face às disponibilidades orçamentais, se consideram necessários ao desenvolvimento das actividades municipais.

No actual mapa de pessoal de 2010, constam actualmente 1.027 postos de trabalho ocupados por trabalhadores em exercício efectivo de funções, verificando-se uma redução de catorze (14) postos de trabalho relativamente ao mapa de 2009, em resultado da suspensão de vínculo e da cessação da relação jurídica de emprego público, designadamente por aposentação.

Nos postos de trabalho vagos, no total de quarenta e seis (46), incluem-se os mantidos do mapa de 2009, a preencher no âmbito de procedimentos concursais a decorrer (26 postos) e outros a preencher em caso de estrita necessidade.

No mapa para 2010, prevê-se apenas a criação de mais um posto de trabalho. Os restantes postos de trabalho que constam a mais, já considerados no mapa de 2009, destinam-se à convolação de vinculações a termo resolutivo certo, e em regime de mobilidade, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, prevendo-se concomitantemente a respectiva extinção daqueles à medida que sejam efectuados os provimentos.

Foram ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores da autarquia.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 2, do artigo 53º, da referida Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e do artigo 5º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, delibera aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2010.»

SAÍDA DA REUNIÃO DE UM VEREADOR:

Nesta altura, cerca das dezasseis horas e trinta minutos, ausenta-se da reunião o Sr. vereador Luís Calha.

Sobre a proposta de *Mapa de Pessoal para o ano de 2010* intervieram:

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** pede um esclarecimento: face ao número de ocupados e vagos e elevado número de postos vagos e cativos, porquê criar mais do que extinguir?

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** explica que o lugar a criar é para um engenheiro electromecânico. Considerando as novas construções e a implementação das energias alternativas há uma complexidade na apreciação dos projectos e na manutenção dos equipamentos, pelo que é necessária esta especialidade no quadro de pessoal da Câmara Municipal.

O **Sr. vereador Fonseca Ferreira** refere-se à intervenção efectuada pelo Sr. vereador Álvaro Amaro relativamente a uma proposta anterior em relação aos trabalhadores e ao facto de não ter gostado da apreciação feita por este. Pretende clarificar o seguinte: no última dia da campanha eleitoral veio a Palmela o Sr. Secretário Geral do Partido Comunista Português e, segundo entendeu, num almoço com os trabalhadores este referiu que se o Partido Socialista ganhasse as eleições em Palmela ia fazer o mesmo que faz a nível nacional: “despedir e criar desemprego”. Considera que este tipo de afirmação não é jogo político sério. Os trabalhadores podem valer eleitoralmente mas para ele valem mais como pessoas. Durante a campanha eleitoral não teve problemas em levantar questões de desajustamento. Não fez nenhuma consideração sobre se a Câmara Municipal tem trabalhadores a mais ou não. Quer clarificar esta questão de âmbito geral. Como é evidente os vereadores do P.S. têm opções diferentes dos eleitos da C.D.U.. Dentro das suas opções chegou mesmo a afirmar que, provavelmente, até era necessário criar mais postos de trabalho e relativamente aos existentes haveria reconversões no

sentido de criar mais motivação para melhor aproveitamento, admitindo que há bom aproveitamento. No último dia da campanha eleitoral, respondeu através da Lusa (embora não tenha sido noticiado na comunicação social), mas em termos do futuro importa esclarecer bem a questão. As pessoas estão numa situação económica e social muito delicada e o desemprego está a aumentar. A questão não é despedir, pelo menos em termos de organismos públicos, mas é obviamente criar as condições para o melhor ambiente de trabalho e a maior motivação das pessoas e, como tal, a maior produtividade. Discorda totalmente da afirmação feita pelo P.C.P. quando diz “o desemprego são as políticas do Governo”. Esta é uma afirmação errada. Menciona que o Governo dos últimos quatro anos tomou com certeza algumas medidas que se podem ter reflectido nalguns casos em perdas de postos de trabalho, mas o desemprego que existe não é fruto das medidas do Governo dos últimos quatro anos, muito pelo contrário: o Governo abriu novas áreas e teve políticas de apoio a investimentos públicos e expansionistas. É preciso ter atenção a determinadas interpretações, porque está em causa uma das questões mais delicadas em termos sociais que é o emprego e o desemprego. A principal causa da pobreza e da exclusão é a falta de emprego. O país vai progressivamente saindo da crise e, provavelmente, vai-se sair da crise com o aumento do desemprego ou, pelo menos, com a manutenção alta dos níveis de desemprego, por uma razão simples: o que vai sair desta crise é uma grande reconversão tecnológica das economias e, portanto, a introdução de novas tecnologias faz perder postos de trabalho naquilo que são as indústrias clássicas e vão fechar umas empresas e abrir outras, mas com menos postos de trabalho. Esta é uma questão séria e aproveita este fórum para a suscitar. É preciso procurar novas áreas de trabalho para ocupar mais população. As áreas sociais custam muito aos Orçamentos de Estado e aos Orçamentos Municipais. Seguramente é preciso criar mais postos de trabalho nos chamados grupos de risco (que necessitam de mais apoio) e, também, na área do Ambiente. Gostaria de ver esta questão tratada virada para o futuro e não virada para o passado, culpando só políticas e, ainda por mais, com grande erro. O desemprego que existe é produto de uma conjuntura. Insiste que é preciso fazer a reconversão tecnológica dos principais sectores industriais e dos serviços, porque a não se fazer isto vai-se perder muito mais emprego, porque se perde toda a competitividade. Não tem nenhum problema em levantar este tipo de questões, porque para si, mais do que a importância eleitoral que os trabalhadores possam ter em Palmela, o que interessa é a importância pessoal, humana e social que eles têm. É na base destes parâmetros que a questão tem de ser equacionada.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** menciona que são 46 os postos de trabalho vagos e incluem-se os mantidos no Mapa de Pessoal de 2009 a preencher no âmbito dos procedimentos concursais em curso, ou seja, 26 destes postos de trabalho vagos são a

preencher no âmbito de procedimentos concursais a decorrer, na maioria dos casos, com trabalhadores que apresentam possibilidades de progredir na carreira. Relativamente aos lugares a criar e a extinguir talvez haja alguma confusão. Na terceira coluna do quadro é preciso criar 16 lugares para abrir concursos para os trabalhadores que estão a contrato a termo certo e passado o tempo do contrato, esses trabalhadores vão ficar com outro vínculo, e logo extinguem-se os lugares deixados vagos.

Explica que os cativos não representam mais verba no orçamento. Os cativos são 31 técnicos superiores que exercem cargos de dirigentes (14 em regime de mobilidade noutra entidade) e são ainda as categorias de assistente técnico, encarregado operacional e assistente operacional. O total é 53 pessoas.

A **Sr.ª presidente** menciona que o Sr. vereador Fonseca Ferreira tem toda a liberdade para apresentar as questões que entender, nomeadamente as que considerou que não estavam suficientemente claras da campanha eleitoral. Não sabe se a afirmação que terá sido feita pelo Sr. Secretário-Geral do P.C.P. foi exactamente nos moldes em que o Sr. vereador disse. O Sr. Secretário-Geral do P.C.P. veio a Palmela para participar num contexto em que também ela participou. O facto é que a maioria C.D.U. em gestão na Câmara Municipal de Palmela tem sido sistematicamente acusada quanto às despesas com Pessoal (imagina que não se estejam a referir ao peso astronómico dos salários das pessoas, devem-se referir concerteza ao número de pessoas que pode ter algum encargo). Mais significativo do que o número de pessoas ou do que os vencimentos das pessoas são alguns encargos que a Autarquia tem e que não se traduzem directamente nos vencimentos e nos recursos das pessoas. A verdade é que os Srs. vereadores do P.S. se referem insistentemente ao peso das despesas com pessoal.

Acrescenta que o Mapa de Pessoal em apreço é um Mapa contido. É feita a opção por um quadro relativamente à medida daquilo que é necessário e não é propriamente um quadro expansionista no sentido de permitir o crescimento significativo do número de pessoas. Naturalmente que esta é uma opção estratégica. A maioria em exercício entende que a Autarquia tem de qualificar alguns dos seus recursos humanos e essa qualificação não é compatível com um crescimento que, porventura, admite que até seria necessário. Se estivessem a falar apenas das necessidades e a não ponderar o rácio entre as necessidades e disponibilidades diria mesmo que é preciso reforçar o efectivo humano em algumas áreas. Tendo presente o rácio e o equilíbrio que é preciso manter, apostam na qualificação e não tanto no crescimento. Aposta-se, também, na perspectiva de mobilidade das pessoas, mas é uma mobilidade que não tem exactamente o mesmo sentido da disponibilidade que foi criada pela via legal, é uma mobilidade que tem em vista uma maior satisfação dos trabalhadores. A Câmara Municipal permite que trabalhadores que têm hoje qualificações em determinadas áreas possam movimentar-se dentro da própria estrutura

orgânica vindo a desempenhar funções para as quais entretanto adquiriram competências. Existe nesta Autarquia uma política permanente de reclassificação dos trabalhadores em permanente e em sintonia com as necessidades. Procura-se ajustar esta opção de gestão às expectativas que os trabalhadores têm e que são legítimas. Ou seja, as pessoas evoluíram na sua vida, formação, aprendizagem, tiraram novos cursos e sendo esses cursos até necessários e úteis para a Câmara Municipal abrem-se perspectivas para estas pessoas se movimentarem na organização. São algumas opções genéricas, mas que estão relacionadas com este quadro de pessoal que agora se apresenta.

Quanto à intervenção do Sr. vereador José Carlos de Sousa relativamente à reestruturação orgânica, a **Sr.ª presidente** refere que a Câmara Municipal pretende que as novas competências, caso aconteçam, venham acompanhadas dos recursos e dos meios que a Administração Central vai alienando.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. vereadores Fonseca Ferreira e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

“Considerando que a proposta mantém praticamente inalterado o Mapa de Pessoal em vigor (aumento de um posto de trabalho).

Considerando que esta é uma questão que carece de uma discussão específica e em profundidade, designadamente no relacionamento com as despesas, mas também no sentido de abrir novas perspectivas relativamente aos efectivos de pessoal.

Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se aguardando a oportunidade própria para essa discussão de fundo.”

IV – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIVISÃO DE DESPORTO

Pelo Sr. vereador Adilo Costa foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto, EM – Exercício de 2010.

PROPOSTA N.º DCD-DD 01_24-2009:

«No seguimento da deliberação do Conselho de Administração da Palmela Desporto, EM, de 24 de Novembro de 2009, foi remetida à Câmara Municipal de Palmela, para

apreciação, a proposta de instrumentos de gestão previsional desta empresa municipal para o ano de 2010.

Os referidos instrumentos de gestão são constituídos por: Plano de Actividades, Plano Plurianual de Investimentos para 2010-2013, Balanço e Demonstração Previsionais, Notas Anexas às Demonstrações Previsionais, Orçamento de Exploração dividido em Orçamento de Custos e Orçamento de Proveitos, Orçamento Previsional de Tesouraria, os pareceres do Fiscal Único e do Conselho Geral e a proposta de Subsídio à Exploração – Cálculo/Memória Descritiva.

Os documentos que se apresentam reflectem a actividade prevista da empresa para 2010, enquadrando o seu objecto social e as orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal de Palmela.

Assim, de acordo com a alínea a) do n.º 2, do artigo 39.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e com os Estatutos da Palmela Desporto, EM, **propõe-se** a aprovação dos instrumentos de gestão previsional da empresa, relativos ao ano de 2010, que se apresentam em anexo;

- Plano de Actividades;
- Plano Plurianual de Investimentos para 2010-2013;
- Balanço e Demonstração Previsionais;
- Orçamento de Exploração dividido em Orçamento de Custos e Orçamento de Proveitos;
- Orçamento Previsional de Tesouraria.»

Sobre a proposta de *Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto, EM – Exercício de 2010* intervieram:

O **Sr. vereador Adilo Costa** enumera alguns dados relacionados com esta proposta:

. O Orçamento da Empresa Municipal é de 1.749.539 euros. É um valor superior a 2009. O Plano de Actividades foi em 2009 de 544.000 euros e em 2010 é de 603.000 euros. A estrutura deste Orçamento mantém-se, assim como se mantêm as actividades: promoção do desenvolvimento desportivo, desenvolvimento da actividade complementar, qualidade e condução de prática e o desenvolvimento organizacional. Em relação aos proveitos e ganhos há uma alteração, aliás o fiscal único refere bem essa alteração que é o aumento do subsídio à exploração contrariando uma tendência que a própria Câmara Municipal conseguiu ter em 2005 ao baixar a barreira dos 500mil euros. A evolução é bastante positiva, porque a dependência da Empresa Municipal chegou a ser muito maior no início da Palmela Desporto. Recordo que a autonomia chegou a ser 48,24% e actualmente é de 68%. Os custos e perdas têm no Plano de Actividades 603.211 euros e nos custos com

peçoal é de 908.970 euros, a fornecedores e serviços externos cabem 687.000 euros. Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos são contemplados painéis solares, unidade de tratamento de ar, renovação das janelas e bancada, revestimento dos tanques, pintura exterior, novo depósito de água, pré-filtros dos tanques, aquisição de material técnico e material didático. Alguns destes investimentos já estavam plasmados em propostas anteriores. A maioria em gestão nesta Autarquia considera que os investimentos de maior vulto têm de competir à Câmara Municipal, sendo que a manutenção e a conservação devem competir à Palmela Desporto. Esta situação terá de ser revista num futuro próximo. Os custos com peçoal têm um aumento de 2,5%. A indemnização compensatória é superior à de 2009. Mantém-se o mesmo quadro de peçoal e a funcionalidade dos equipamentos (duas piscinas, um pavilhão e um complexo desportivo).

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** observa que o Sr. vereador Adilo Costa teve ocasião de referenciar alguns dos aspectos que estão contidos neste Instrumento de Gestão Previsional e apresentou-os de forma linear, sintética, mas que podem ser vistos de outra forma. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos destaca-se (e já se destacava em 2009): aquisição da unidade de tratamento de ar, renovação de janelas e bancadas, revestimento de campos, compensação em azulejo, pintura exterior dos equipamentos, desinfecção de condutas de ar. Pela intervenção do Sr. vereador Adilo Costa percebeu que a Câmara Municipal está disponível para custear os investimentos que a Palmela Desporto se propõe realizar (aliás o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto várias vezes tentou influenciar no sentido de a Câmara Municipal assim proceder). Nutre algumas dúvidas sobre o funcionamento da Empresa em questão. Há cerca de quatro anos diziam os eleitos da C.D.U. que “cada vez há mais independência financeira da Palmela Desporto”, mas agora inverte-se este ciclo.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** apresenta algumas questões/observações:

- . Os documentos referem-se a 560.447 euros de transferência da Câmara Municipal para a Palmela Desporto, no entanto, no Orçamento apresenta uma verba de 587.500 euros. Agradece a explicação.
- . Gostava de saber porque razão o vogal do Conselho de Administração, Paulo Jorge Gonçalves da Silva, terá abdicado do cargo.
- . O parecer do Revisor Oficial de Contas refere que o exercício de 2010 na rubrica de prestação de serviços “representa um significativo e optimista aumento de 12%”. Mas, constata que a prestação de serviços mantém-se num patamar que não tem tido crescimento.

. Desde 2005 que se vem falando na questão das captações de publicidade, mas parece não ter havido capacidade para que tal acontecesse.

. O incremento de verbas por parte da Câmara Municipal é de 560 mil euros. Mas o interessante é que a informação produzida refere que as receitas da Palmela Desporto são superiores às do ano passado em cerca de 61.mil euros (e enfatiza-se esta questão no documento de Gestão Previsional), mas não se menciona que só da parte da Câmara Municipal são 85 mil euros.

. Recordar-se de na reunião de Câmara Municipal de Junho de 2009 se ter aprovado um aumento de capital para a Palmela Desporto de cerca de 90 mil euros. Na altura, a Palmela Desporto tinha pedido duas tranches (uma de 90mil euros e outra de 100 mil euros) e a Câmara Municipal só deliberou o aumento do capital em 90mil euros. Gostava de saber: esse capital social representa o quê em termos do activo da Palmela Desporto.

A Palmela Desporto continua a merecer da sua parte muitas dúvidas e muitos obstáculos à gestão que é realizada e à forma como o serviço é feito.

. Durante quatro anos, perguntou qual é o custo real de quem vai nadar à piscina duas vezes por semana, sem que lhe tivesse sido dada resposta. Já está próximo de chegar a esse resultado, porque foi entregue um documento em relação a um centro de custos que imputa 25% do custo com a administração a cada um dos equipamentos. Já se refere qual é o custo real de cada uma das valências e do prejuízo que cada uma dá, e a soma dos diferentes prejuízos é o que a Câmara Municipal acaba por compartilhar.

O **Sr. vereador Adilo Costa** começa pela questão do aumento que está no Orçamento e não está na indemnização compensatória. Há um diferencial de 27 mil euros que tem a ver com a aplicação da lei em que o prejuízo, neste caso de 2008, tem de ser coberto pela Câmara Municipal. A legislação é muito mais clara quando se vêem nalguns Municípios que poderão ter subsídios à exploração menores mas depois cobrem os prejuízos com mais valor. As duas rubricas têm de se associar. Vide o exemplo do Município de Loures.

Acrescenta que os alertas pronunciados pelo Revisor Oficial de Contas devem ser tidos em atenção.

Mais refere que se prevê a entrada em funcionamento de um conjunto de acções. Exemplo: o projecto “Aprender a Nadar” está em recuperação (mais de 1.000 alunos estão inseridos nesta actividade). Está igualmente a reduzir-se a lista de espera dos utentes das piscinas. Verifica-se uma maior redução dos utentes, mas há uma maior fidelização dos mesmos. Pretende-se potenciar estas vertentes e ver como isso se reflecte financeiramente para o ano de 2010.

Em relação aos investimentos que se pretendem realizar, o **Sr. vereador Adilo Costa** refere que a Câmara Municipal não pode deixar só para a Palmela Desporto a responsabilidade de obras em equipamentos que, nalguns casos, já têm mais de dez anos de existência. A Autarquia tem também um papel a desempenhar. Há um contrato de comodato que está subjacente e terá de ser assumido em 2010.

Acrescenta que o capital social da Palmela Desporto é actualmente de 190.000 euros.

Explica que a saída do vogal se deu por questões de ordem pessoal.

Finaliza dizendo que há quem pague para nadar nas piscinas, mas também há casos de pessoas que não têm de pagar. A vertente social está prevista. É importante que haja este equilíbrio.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. vereadores Fonseca Ferreira e José Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

IV – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e dez minutos, a **Sr.ª presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O director do Departamento

José Manuel Monteiro